

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: 0010232-76.2010.8.26.0566
 Classe - Assunto: Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação
 Requerente: Marta Elias Junqueira Di Salvo
 Requerido: Jose Roberto Coelho de Paula e outros

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

A autora Marta Elias Junqueira Di Salvo propôs a presente AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO contra os réus José Roberto Coelho de Paula, Asdrubal Lacerda Coelho de Paula, Maria Ângela Lacerda Coelho de Paula, Augusto Pinto Cabral e Maria Lúcia de Carvalho Pinto, pedindo: a) declaração de nulidade da decisão que homologou a adjudicação em favor dos réus do bem imóvel pertencente exclusivamente à autora, pessoa estranha ao processo executivo em que teve lugar a adjudicação; b) condenação dos réus ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

A antecipação de tutela foi indeferida pela decisão de folhas 97.

Os réus, em contestação de folhas 110/115, pedem: a) carência de ação; b) improcedência do pedido, porque a separação consensual certamente foi feita para blindar o patrimônio do casal, na época endividado, sendo que nunca deixaram de conviver como se casados fossem.

Réplica de folhas 148/153.

Decisão saneadora de folhas 174/175, em que o Juízo reconheceu a relação de prejudicialidade entre a presente ação e a ação paulina, processo 1069/2010, proposta pelos réus contra a autora, em que postulam a anulação do ato consistente na atribuição à autora da propriedade de parte ideal do imóvel objeto desta ação.

Os réus, em manifestação de folhas 193, pedem a improcedência do pedido, sob o argumento que a ação pauliana foi julgada procedente, com trânsito em julgado, tonando ineficaz a transmissão do bem imóvel objeto da matrícula 8.088 do C.R.I. local.

Relatei. Decido.

Pretende a autora a declaração de nulidade da decisão que homologou a adjudicação em favor dos réus, porque o imóvel é de sua propriedade, eis que na partilha de bens decorrente da separação coube-lhe a parte ideal correspondente a 32,02% da Fazenda São José, objeto da matrícula 8.088 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos.

Com razão os réus, com todo respeito. Acompanhe.

O dispositivo da sentença da ação pauliana declarou ineficaz perante os réus a transmissão do bem imóvel objeto da matrícula 8.088 do C.R.I de São Carlos (folhas 412). O venerando acórdão de folhas 208 manteve a sentença, operando-se o trânsito em julgado.

Lembro que o efeito da sentença pauliana resulta do objetivo a que colima a ação: "declaração de ineficácia jurídica do negócio fraudulento". O efeito da anulação é repor o bem no patrimônio do devedor.

Desse modo, porque ineficaz perante os réus a transmissão do imóvel, válida a adjudicação, eis que o imóvel retornou ao patrimônio do executado.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Condene a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da causa, ante o bom trabalho realizado nos autos e tempo de duração do processo, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado. P.R.I.C.São Carlos, 27 de setembro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA